

# Política.

**Congresso aprova criação de quatro TRFs**

O presidente interino do Congresso, deputado André Vargas (PT), promulgou ontem emenda constitucional que cria mais quatro tribunais regionais federais no país. *Página 27*

EDITORA:  
**ELISA RANGEL**  
erangel@redgazeta.com.br  
Tel.: 3321.8332  
agazeta.com.br/politica



## CRIAÇÃO DE CIDADES

## PREFEITOS REAGEM

## À PERDA DE TERRITÓRIO

Para evitar, eles citam receita e falam em investir nos distritos

/// VERA FERRAÇO  
/// LETÍCIA GONÇALVES

Preocupados com uma possível perda de território, a maioria dos prefeitos das 11 cidades que já possuem pedidos de emancipação na Assembleia Legislativa se posicionou contra a medida ontem.

Os prefeitos têm como argumento o fato dos municípios já enfrentarem dificuldades econômicas devido à queda de receitas. A principal fonte de financiamento das cidades, sobretudo no interior, é o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), repassado pela União. Se novas cidades forem criadas, o total dos recursos do FPM será dividido para um número maior de municípios.

O prefeito de Baixo Guandu, Neto Barros (PC do B), pondera que muitos dos municípios de interior são pouco populosos e vivem de repasses dos governos federal e Estadual. “Isso acontece com Baixo Guandu, que possui um território de quase 1.000 km², cerca de 29 mil habitantes e tem dificuldade de manter o município sem o auxílio dos governos. Então podemos imaginar como ficará a situação de uma fração do nosso território”, pontuou.



CHICO GUEDES

**Casteglione: o caminho é investir nos distritos**

Conforme o prefeito, Ibituba é um distrito agrícola, mas apesar de não ter condições viáveis de se autossustentar, em caso de emancipação, sua saída traria diminuição considerável de receita a Baixo Guandu.

O projeto de lei complementar, aprovado pela Câmara dos Deputados na última terça-feira, modifica a legislação e devolve aos Estados o direito de criar novos municípios.

Além de Ibituba, outros 11 pedidos de emancipação estão parados e arquivados na Assembleia Legislativa: Itaoca (Cachoeiro); Nestor Gomes e Guriri (São Ma-

### ATRASSO

*“Emancipar hoje é multiplicar problemas. Essa discussão representa um atraso para o Brasil num momento em que os municípios vivem a pior crise da história”*

**CARLOS CASTEGLIONE (PT)** Prefeito de Cachoeiro

teus); Pedra Azul do Aracê (Domingos Martins); Campo Grande (Cariacica); Santa Cruz (Aracruz); Braço do Rio (Conceição da Barra);



GUSTAVO PEREIRA

**Para Nozinho, desmembramento é irresponsabilidade**

Bebedouro e Desengano (Linhares); Piaçu (Muniz Freire); Pequiá (Iúna); e Paulista (Barra de São Francisco). Todos deram entrada antes de 1996.

### CRITÉRIOS

Só Guriri, Campo Grande e Santa Cruz possuem população igual ou superior a 12 mil, segundo dados do IBGE. O critério populacional é uma das exigências para permitir a emancipação, além de condições econômicas que permitam a consolidação e desenvolvimento dos novos municípios.

“O caminho não é criar municípios, é investir nos

distritos. Emancipar hoje é multiplicar problemas”, afirmou o prefeito de Cachoeiro de Itapemirim, Carlos Casteglione (PT). Disse ainda que o movimento que queria a emancipação de Itaoca “não tem mais força” entre a população nos dias atuais.

O prefeito de Linhares, Nozinho Correa (PDT), que morou vários anos no distrito de Bebedouro e tem na localidade um grande reduto eleitoral, não concorda com uma possível emancipação da comunidade, e nem de Desengano. Ele considera uma “irresponsabilidade” o desmembramento do município em duas cidades.

Já Jorge Donati (PSDB), de Conceição da Barra, diz que há um longo caminho para que a emancipação se torne realidade. “O tema ainda está pendente de aprovação legislativa, já que precisa passar pelo crivo do Senado e, posteriormente, pela sanção presidencial. Portanto, ainda temos um longo caminho pela frente, antes que se possa chegar a uma decisão efetiva”.

Os prefeitos de Domingos Martins, Luiz Carlos Prezoti (PP), de São Mateus, Amadeu Boroto (PSB), e de Aracruz, Marcelo Coelho (PDT), preferiram não comentar o assunto. Juninho (MD), de Cariacica, também não comentou, mas o secretário de governo da cidade, Rafael Simões, se disse contrário à emancipação de Campo Grande.

Rogério Cruz (PDT), de Iúna, defendeu a emancipação de Pequiá. “A possibilidade de o distrito crescer está muito ligada à sua emancipação. Num concurso público para professor, por exemplo, todo mundo quer ficar na sede, não no interior. O distrito fica prejudicado”. Luciano Pereira (DEM), Barra de São Francisco, e Paulo Mignone (PSB), Muniz Freire, não foram localizados.

## Amunes: lei é “equivoco” e vai espalhar problemas

/// Criar municípios em um momento de perda de receitas é “um equivoco” na opinião do presidente da Associação dos Municípios do Espírito Santo (Amunes), Dalton Perim (PMDB).

“É um equivoco achar que a emancipação vai ajudar no desenvolvimento. A fonte de receita é uma só, o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que terá que ser di-

vidido. As prefeituras já estão com dificuldade nos gastos com custeio. Se criarem mais municípios, em vez de termos uma cidade com problema, teremos duas”, afirma Perim.

Novos municípios se justificariam no caso de grandes distâncias em relação à sede da cidade. “No Nordeste, por exemplo, há distritos que ficam a mil quilômetros da sede, mas no Sudeste, e

no Espírito Santo, a situação é diferente”, pondera o presidente da Amunes.

“O ponto central é que a receita não aumenta, mas a despesa, com certeza, sim. Para ter uma cidade é pre-

ciso toda uma estrutura de prefeitura, Câmara, isso tudo seria duplicado. Talvez, no passado, isso pode ter funcionado, mas hoje os municípios cada vez mais tomam decisões em conjunto. A ideia não é separar, é colaborar”, finalizou. (Letícia Gonçalves)

ramorim@redgazeta.com.br Tel: 3321-8319

## PRAÇA OITO

Radanezi Amorim



*Aliados de Sérgio Borges avaliam que ele recebeu sinais do Judiciário de que terá caminho livre para recorrer de sua condenação em Brasília.*

## Pacto em favor de Borges

Se a Assembleia Legislativa fosse escolher hoje o próximo conselheiro do Tribunal de Contas, o nome unido seria o deputado Sérgio Borges (PMDB). Com cerca de 20 assinaturas de colegas conseguidas até ontem, ele não tem concorrentes por ora. Mas esse ainda não é o fim do jogo.

Se não houver grandes reações à indicação dele, o deputado tem boas chances de desembarcar na Corte de Contas. Agora, se setores da sociedade não toparem a candidatura dele, o caminho de Borges até o TCES ainda pode se tornar longo e sinuoso. E pode haver espaço para outros nomes – por mais difícil que isso pareça agora.

Com uma condenação no Tribunal de Justiça no currículo, Borges não atende ao requisito da “reputação ilibada” exigido pela Constituição para ocupar cargo de conselheiro. Isso já seria suficiente para rifá-lo do páreo.

A questão é que o nem o deputado nem a Assembleia parecem muito preocupados com a regra.

Que fique claro: não é o aperfeiçoamento da Corte e a indicação de um quadro acima de qualquer suspeita para jogar as contas de políticos e Poderes públicos que estão em debate nesse momento. O que está valendo é a ajuda a um colega. Questão de corporativismo, portanto.

De todo modo, Borges está disposto a enfrentar esse debate de pé. Ele

vai sustentar até o fim que ninguém é considerado culpado até o trânsito em julgado da sentença condenatória. Essa é uma das cláusulas pétreas da Constituição. Consta no artigo 5º da Carta, sobre os direitos e deveres dos cidadãos.

Borges vai apontar ainda que a cláusula está acima da Lei da Ficha Limpa. Esta última pode barrar a candidatura dele à reeleição na Assembleia. Mas, para o deputado, não impede a candidatura dele ao TCES.

Aliados do deputado cogitam até que ele recebeu sinal do Judiciário sobre ter caminho livre para recorrer da condenação em Brasília. Assim, somaria mais argumentos a seu favor.

Porém, esse é o cenário de hoje. Em caso de forte reação da sociedade a Borges, e se ele for bombardeado por críticas e ações judiciais contes-

—  
**O deputado Claudio Vereza não pretende recuar da candidatura a conselheiro do TCES. Ele e colegas do PT prosseguem com as costuras nos bastidores**

### CENA POLÍTICA

**Ao se encontrarem numa solenidade recente no Palácio Anchieta, os deputados Marcelo Santos (PMDB) e Paulo Foletto (PSB) começaram uma conversa animada e, lá pelas tantas, Marcelo contou que sua “disposição” aumentou depois que**

tando sua indicação, deputados poderão reavaliar o apoio.

Nem todo o plenário parece disposto a assumir os desgastes com a “causa”. Nesse caso, Borges pode ser rifado, zerando o jogo. A partir daí, cogita-se, até o governador Renato Casagrande (PSB) poderia deixar a neutralidade que se impôs. A questão é que hoje o cenário não é esse. O pacto da cumplicidade no plenário e fora dele é favorável a Borges.



### Troca no PSD

O conselheiro aposentado Enivaldo dos Anjos se licenciou da presidência do PSD no Estado. Na prática, ele não deverá mais reassumir o partido. Enivaldo alegou “motivos pessoais” e antecipou as eleições para o comando estadual, previstas para agosto. Até lá, o vice-presidente Max da Mata será o responsável pela legenda.

### Desafio

Max assume oficialmente o cargo na segunda-feira. Pelas boas relações com a executiva nacional do partido e com o presidente Gilberto Kassab, Max é cotado para ser eleito presidente em agosto. À coluna, ele disse que será um desafio fortalecer o partido faltando cerca de quatro meses para o fim do prazo de filiações.

### Bancadas

A meta do PSD é eleger pelo menos um deputado federal em 2014, além de garantir uma bancada na Assembleia Legislativa.

### Olho na criminalidade

O deputado Roberto Carlos (PT) criou uma frente parlamentar para fiscalizar as ações e os resultados do Programa Estado Presente, de combate à violência. A ideia é monitorar os índices de criminalidade nos territórios abrangidos pelo programa.

### Ouvindo o cidadão

Composta por 10 deputados, a comissão começa os trabalhos no dia 27, em Nova Almeida. A intenção é convocar os gestores estaduais e municipais para ouvirem as reivindicações e sugestões da população.

## TERRA VERMELHA, BARRA DO JUCU E PONTA DA FRUTA

# Abaixo-assinado para dividir Vila Velha

**Vereador vai começar, na próxima semana, a recolher assinaturas para criar nova cidade**

VERA FERRAÇO  
vferraco@redgazeta.com.br

Apesar de a lei que permite a criação de novos municípios ainda depender de votação no Senado, o vereador de Vila Velha Válder Rocon (PDT) promete entrar em campo na semana que vem para começar a recolher as 10 mil assinaturas necessárias nos 26 bairros que compõem a chamada Região 5. O objetivo é transformar a Grande Terra Vermelha, a Grande Barra do

Jucu e a Grande Ponta da Fruta num município.

Reunidos, os bairros possuem 80 mil habitantes, segundo o pedetista. Um dos critérios para conseguir a emancipação de municípios, de acordo com o projeto aprovado na Câmara dos Deputados, é ter população mínima de 12 mil habitantes.

O vereador esteve na Assembleia Legislativa ontem para se informar sobre o assunto. “Peguei toda a documentação. A gente vai protocolar o requerimento na Casa quando a lei for sancionada. Mas já vamos coletar as assinaturas na semana que vem. Esse é o pri-

### GRANDE VITÓRIA

Município/bairro	Habitantes
<b>Vitória</b>	
Jardim Camburi	39.157
Jardim da Penha	30.571
Praia do Canto	15.147
Maria Ortiz	13.197
<b>Vila Velha</b>	
Praia da Costa	31.083
Itapoã	22.808
Coqueiral de Itaparica	13.696
Barramares	12.405
<b>Serra</b>	
Feu Rosa	19.532
Vila Nova de Colares	17.015
Planalto Serrano	15.495
Novo Horizonte	14.146
Jardim Carapina	14.052
B. das Laranjeiras	13.502
Barcelona	12.707
<b>Cariacica</b>	
Nova Rosa da Penha	13.849
Campo Grande	12.897
<b>Viana</b>	
Marçílio de Noronha	13.408

meiro passo”, disse Rocon.

Como a criação de novos municípios implica em aumento de gastos para custear a nova estrutura administrativa, deputados estaduais já se manifestaram contra a medida.

E para vencer resistências na Assembleia, Rocon vai procurar os deputados que moram em Vila Velha – Claudio Vereza (PT), Hércules Silveira (PMDB), Euclydes Sampaio (PDT), Elcio Alvares (DEM) e Gilsinho Lopes (PR) – na próxima semana. “A região, se emancipar, só tem a ganhar”.

O prefeito de Vila Velha, Rodney Miranda (DEM), preferiu não se manifestar.

## Ideia esfriou em Campo Grande e Jardim Camburi

Jardim Camburi, em Vitória, e Campo Grande, em Cariacica, bairros com mais de 12 mil habitantes e em que a população no passado chegou a manifestar o desejo de se emancipar, hoje já não fomentam essa discussão.

“Não temos nenhum pensamento nesse sentido. Nosso bairro é o que mais contribui com a cidade, mas a emancipação envolveria um gasto muito grande, como manter uma sede,

por exemplo”, afirma o presidente da Associação de Moradores de Jardim Camburi, Anael Parente.

Em Campo Grande, que tem um pedido formal de emancipação registrado na Assembleia Legislativa, o clima é o mesmo.

“A gente quer melhorar Campo Grande, não separar. Sabemos que o bairro é o arrimo do município”, justifica o líder comunitário João Fausto Altoé.